



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 15

SEXTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 10, DE 1991-CN

Da Comissão Mista encarregada do estudo e do parecer quanto à admissibilidade do texto da Medida Provisória nº 294, de 31 de janeiro de 1991, que “estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências”, encaminhada à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 54, de 5 de fevereiro de 1991.

Relator: Senador Odacir Soares

O Senhor Presidente da República, com fundamento no art. 62 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 294, de 31 de janeiro de 1991, que “estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências”.

A Medida Provisória tem por finalidade principal desindexar a economia. Faz isso mediante duas medidas fundamentais:

a) extinção de todas as formas de indexação de contratos com periodicidade inferior a um ano;

b) criação da Taxa Referencial, com o objetivo de permitir o funcionamento do sistema financeiro no novo contexto por ela criado.

Os pressupostos constitucionais para a admissibilidade de medida provisória são a relevância e a urgência (v. art. 62 da CF).

Para justificar tais requisitos, o Senhor Presidente da República prestou as seguintes informações em Exposição de Motivos assinada pela Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, que acompanhou, a Mensagem nº 54:

“Não obstante, a eficácia dos instrumentos de política econômica tem sido seriamente comprometida por obstáculos de natureza estrutural, porquanto constroem a ação das autoridades econômicas no indispensável controle das contas fiscais e monetárias. Dentre os fatores estruturais que prejudicam aque-

la eficácia, destaca-se o mecanismo de indexação, que foi informalmente reativado no segundo semestre do ano passado. Esse mecanismo, além de gerar uma enorme rigidez à baixa da taxa de inflação, é responsável por uma vulnerabilidade do sistema econômico a choques exógenos.”

Percebe-se, assim, que as medidas preconizadas pelo ato em exame são realmente de grande relevância, tendo em vista que objetivam estancar um processo inflacionário que vinha se acelerando em ritmo assustador nesses últimos meses.

Se são relevantes, também são de extrema urgência, pois que medidas dessa natureza ou são tomadas de choque ou perdem totalmente a sua eficácia.

São essas as razões, que me levam a propor a admissibilidade total à Medida Provisória nº 294, de 31 de janeiro de 1991, nos termos do art. 5º caput da Resolução nº 1, de 1989-CN.

Sala das Comissões, 6 de fevereiro de 1991.
— Deputado Luís Roberto Ponte, Presidente — Senador Odacir Soares, Relator — Deputado Basílio Villani — Deputado José Lourenço — Deputado Rodrigues Palma — Deputado Paulo Hartung — Deputado Carrión Júnior (voto vencido) — Senador Coutinho Jorge — Senador Eduardo Matarazzo Suplicy (com restrições) — Senador Mário Covas — Senador Jonas Pinheiro — Deputado José Múcio Monteiro.

PARECER Nº 11, DE 1991-CN

Da Comissão Mista, sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 295, de 31 de janeiro de 1991, que “estabelece regras sobre preços e salários e dá outras providências”.

Relator: Deputado Paes Landim

É submetido à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 295, de 31 de janeiro de 1991, que “estabelece regras sobre preços e salários e dá outras providências”.

Esta Medida Provisória insere-se no contexto de um conjunto de medidas de política econômica implementado pelo Governo e que tem por objetivo básico reverter o processo inflacionário na economia brasileira.

A despeito do rigor e da continuidade do programa econômico levado a efeito desde a posse do atual Governo, verifica-se, desde os meses finais do ano passado, uma aceleração das taxas de inflação, advinda pela intervenção de fatores de ordem interna e externa.

A aceleração do processo inflacionário tornava clara a insuficiência das políticas monetária e fiscal respectivas para a contenção deste processo, muito embora necessárias, ao tempo em que exigia maior aprofundamento dos instrumentos de política econômica implementados.

É neste contexto que se evidencia a necessidade, a relevância e a urgência de se definirem mecanismos de controle sobre os preços e os salários na economia, de modo a viabilizar o pretendido controle do processo inflacionário. Seria irrealista supor que se conseguiria remover a desindexação da economia, e o aprofundamento de reformas no sistema financeiro, sem que fosse necessária uma etapa de “congelamento” de preços e salários.

Lógico é que a medida provisória em exame define toda uma sistemática para o cálculo de salários a serem congelados, de mecanismos de controle e flexibilização de preços em geral, e, particularmente, para os alugueis e as mensalidades escolares.

Todavia, a questão fundamental, no momento, refere-se ao estabelecimento de condições que assegurem eficácia à desindexação da economia como mecanismo adicional e complementar para a consecução do controle do processo inflacionário.

A medida provisória, em análise, tem por objetivo estabelecer estas condições, por intermédio da definição de mecanismos de controle de preços e de salários.

Assim, os pressupostos de relevância e urgência, necessários à adoção do instituto da

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tragem 2.200-exemplares.

medida provisória, encontram-se atendidos, o que nos faz concluir, em face do disposto no art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, favoravelmente à tramitação da medida provisória nº 295, de 31 de janeiro de 1991.

Sala das Comissões, 6 de fevereiro de 1991.
— Senador **Mansueto de Lavor**, Presidente
— Deputado **Paes Landim**, Relator — Deputado **Sérgio Machado** — Deputado **Fábio Meirelles** — Senador **Chagas Rodrigues** — Deputado **Ivan Burity** — Senador **Josaphat Marinho** — Senador **Maurício Corrêa** (abstenção) — Deputado **Luiz Salomão** (não, com declaração de voto) — Deputado **Aloísio Mercadante** (com restrições, com declaração de voto) — Senador **Garibaldi Alves** (com restrição) — Senador **João Rocha** — Senador **Walmir Campelo** — (com restrição).

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Do Deputado Luiz Salomão)

Apesar da urgência de serem adotadas medidas que conjurem a crise econômica, voto contra a admissibilidade em vista da posição do Governo durante a convocação extraor-

dinária, que impediu através de suas bancadas no Congresso a aprovação da política salarial, que quer impor agora por via desta medida provisória.

Por outro lado, tal medida não pode ser analisada isoladamente, fora do contexto do pacote, editado sob o estilo imperial do Poder Executivo, atropelando o Congresso. Ela reforça o arrocho salarial, mantém os preços flexibilizados e aponta na direção da recessão. Não vai, portanto, resolver a crise, apenas prorrogará a agonia em que vive a economia brasileira, particularmente seus trabalhadores.

E hora de o Governo desistir do recurso ao arsenal de medidas de caráter puramente monetário e fiscal, ortodoxas e heterodoxas, já esgotado. É hora de S. Exª, o Presidente, propor ao Congresso um projeto de desenvolvimento nacional que oriente o aumento de produção, a melhoria da produtividade e da distribuição de renda.

É o meu voto.

Sala das Comissões, 6 de fevereiro de 1991.
— Deputado **Luiz Salomão**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Do Deputado Aloísio Mercadante)

Nossas restrições são a expressão do repúdio a mais esta violação das instituições democráticas, pelo abuso da utilização das medidas provisórias e destruição do princípio constitucional do direito à livre negociação.

A Medida Provisória nº 295 congela os salários por seis meses, estabelece um congelamento precário e ineficaz dos preços e promove um violentíssimo arrocho dos salários.

O controle social dos preços, a democratização da política econômica e o crescimento com distribuição de renda jamais serão atingidos com este procedimento

A Medida Provisória nº 295 fere a Constituição, inviabiliza a livre negociação e nas discussões de mérito o PT apresentará um projeto de conversão, com a esperança de que o Congresso Nacional respeite as aspirações da sociedade brasileira e repudie a Medida Provisória nº 295.

Sala das Comissões, 6 de fevereiro de 1991
— Deputado **Aloísio Mercadante**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 7 DE FEVEREIRO DE 1991

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ADYLSÓN MOTTA — Sugestões para o aperfeiçoamento dos trabalhos do Congresso Nacional

DEPUTADO OSVALDO BENDER — Plano econômico do Governo Collor.
DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN — Plano econômico do Governo Collor.

DEPUTADA MARIA APARECIDA CAMPOS — Mobilização nacional em defesa da Constituição promovida pelo PDT, PT, PC do B, PSB, PCB e PV. Plano econômico do Governo Collor.

DEPUTADO CARRION JÚNIOR — Plano econômico do Governo Collor.

DEPUTADO RICARDO MORAES — Plano econômico do Governo Collor.
DEPUTADO FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS — Plano econômico do Governo Collor.

DEPUTADO EDSON SILVA, pela ordem — Matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** sob o título "Ozires: Empresários, façam seu lobby!"

DEPUTADO EULER RIBEIRO — Plano econômico do Governo Collor.

DEPUTADO MAGALHÃES TEIXEIRA — Apreciação, pela Câmara de Vereadores de Campinas, de uma proposta de iniciativa popular, para a redução do IPTU municipal. Proposta de S. Exª, de autoconvocar o Poder Legislativo sem qualquer ajuda de custo aos parlamentares. Artigo de sua autoria intitulado "Trabalho, a resposta do Congresso".

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI — Declarações do Ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, durante o Seminário Nacional de Transporte Marítimo e Construção Naval aconselhando os empresários do setor de navegação a fazerem lobby violento junto ao Congresso Nacional, na defesa de seus interesses.

DEPUTADO NEY LOPES, como Líder — Instalação da sede do Parlamento Latino-Americano, na cidade de São Paulo.

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI, como Líder — Necessidade da regulamentação do instituto da medida provisória. Reivindicações dos servidores da Previdência Social.

DEPUTADO HÉLIO BICUDO, como Líder — Abuso do Poder Executivo na edição de medidas provisórias. Novo plano econômico do Governo Collor.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Trabalho elaborado por pesquisadores da Escola Paulista de Medicina sob o título "O uso ilícito de drogas psicotrópicas nas cidades brasileiras".

DEPUTADO GENEBALDO CORREIA, como Líder — Pacote econômico do Governo Collor.

DEPUTADO CARLOS LUPI — Defesa da autonomia do Poder Legislativo, em face da prepotência do Presidente da República com o uso abusivo de medidas provisórias.

DEPUTADA REGINA GORDILHO — Recebimento, pelo Sr. Presidente da República, de carros "Lincoln" importados.

DEPUTADO SIDNEY DE MIGUEL — Uso de automóveis luxuosos importados, pelo Sr. Presidente da República.

SENADOR MANSUETO DE LAVOR — Declarações de concessionária de automóveis, de que cobrará ágio na comercialização de seus veículos.

SENADOR ALUIZIO BEZERRA — Protestos de S. Ex^a contra a forma de eleição do Grupo Parlamentar Latino-Americano, que ao seu ver, deveria ser direta.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Pareceres nºs 10 e 11, de 1991-CN, pela admissibilidade das Medidas Provisórias nº 294/91, que estabelece regras para a desindexação da

economia e dá outras providências; nº 295/91 que estabelece regras sobre preços e salários e dá outras providências.

— Abertura do prazo de 24 horas para recebimento de recurso regimental contra a admissibilidade das Medidas Provisórias nºs 294 e 295/91.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se no próximo dia 14, às 14 horas e 30 minutos.

1.2.3 — Comunicação da Liderança do PFL do Senado

— Substituição de membro em comissão mista.

1.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 3ª Sessão Conjunta, em 7 de Fevereiro de 1991

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa e Inocêncio Oliveira

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Alexandre Costa — Aluízio Bezerra — Beni Veras — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Eduardo Suplicy — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Hélio Campos — Humberto Lucena — João Calmon — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Fogaça — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Marluce Pinto — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Odacir Soares.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; João Fagundes — PMDB; Julio Cabral — PTB; Ruben Bento — Bloco.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelas — Bloco; Gilvam Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Sérgio Barcelos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB.

Pará

Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Mario Martins — PMDB.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Eduardo Braga — PDC; Euler Ribeiro — PMDB; Ézio Ferreira — Bloco; José Dutra — PMDB.

Rondônia

Carlos Camurça — PTB; Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Maurício Calixto — PTB; Reditário Cassol — PTB.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Auricélia de As-

sis — PDS; Edmar Santiago — PMDB; João Maia — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Silveira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Merval Pimenta — PMDB; Osvaldo Reis — PDC; Paulo Mourão — PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; José Reinaldo — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Pedro Novais — PDC.

Ceará

Edson Silva — PDT; Etevaldo Nogueira — Bloco; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Pontes — PSDB; Mauro Sampaio — PSDB; Moroni Torgan — PDC; Sergio Machado — PSDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

João Henrique — PMDB; Murilo Rezende — PMDB; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Henrique Eduardo Alves — PMDB; Ibere Ferreira — Bloco; Laíre Rosado — PMDB; Ney Lopes — Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Ivan Burity — Bloco; José Luiz Clerot — PMDB; Lúcia Braga — PDT; Moreira Lustosa — PMDB; Vago — PDT.

Pernambuco

Antônio Geraldo Rodrigues — Bloco; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Múcio — Bloco; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Roberto Franca — PSB; Salatiel Carvalho — Bloco; Sérgio Guerra — PSB.

Alagoas

Cleó Falcão — Bloco; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros — Bloco.

Bahia

Beraldo Boaventura — PDT; Genebaldo Correia — PMDB; Jabes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; Jonival Lucas — PDC; José Carlos Aleluia — Bloco; José Lourenço — PDS; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PMDB; Ribeiro Tavares — PL; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Brito — PDC.

Minas Gerais

Agostinho Valente — PT; Avelino Costa — PL; Célio de Castro — PSB; Christóvam Chiaradia — Bloco; Elias Murad — PSDB; Fernando Diniz — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Humberto Souto — Bloco; José Aldo — PRS; José Belato — PMDB; José Rezende — PRS; Leopoldo Bessone — PMDB; Mário Assad — Bloco; Odelmo Leão — Bloco; Osmânio Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Hessler — PTB; Sandra Starling — PT; Sérgio Naya — PMDB; Tarcísio Delagado — PMDB; Vitorio Mediolli — PSDB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; Etevaldo de Menezes — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; Fernando Lopes — PDT; Jair Bolsonaro — PDC; Jandira Feghali — PC do B; José Vicente Brizola — PDT; Junot Abi-Ramia — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Luiz Salomão — PDT; Márcia Cibilis Viana — PDT; Maria Aparecida Campos — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo Almeida —

PTB; Paulo Portugal — PDT; Regina Gordilho — PDT; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT; Vivaldo Barbosa — PDT; Wanda Reis — PMDB.

São Paulo

Alberto Goldeman — PMDB; Alberto Haddad — Bloco; Aloizio Mercante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Ary Kara José — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Diogo Nomura — PL; Edevaldo Silva — PDS; Euclides Mello — Bloco; Vago — Bloco; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; João Mellão Neto — PL; José Genoíno — PT; José Gualberto Angesami — PSDB; José Serra — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Magalhães Teixeira — PSDB; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Nelson Marquezelli — PTB; Oswaldo Stecca — PSDB; Paulo Mansur — PDT; Ricardo Izar — PL; Robson Tuma — PL; Tidei de Lima — PMDB; Vadão Gomes — Bloco — Valdemar Costa — PL; Wagner Rossi — PMDB; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Martins — PTB; João Teixeira — Bloco; Jonas Pinheiro — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Oscar Travassos — PDS; Rodrigues Palma — PTB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Francisco Domingos dos Santos — PT; Jofran Frejat — Bloco; Osório Adriano — Bloco; Paulo Octávio — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB.

Goiás

Antonio Faleiros — PMDB; Haley Marгон — PMDB; João Natal — PMDB; José Gomes — Bloco; Lazaro Brabosa — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Miranda — PMDB; Naphatali Alves de Sousa — PMDB; Osório Santa cruz — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Ronaldo Caiado — PSD; Virmondes Cruvinel — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; Flávio Derzi — PST; José Elias — PTB; Valter Pereira — PMDB; Waldir Guerra — PST.

Paraná

Antonio Ueno — Bloco; Bastião Villani — Bloco; Carlos Roberto Masa — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Dalla Vecchia — PDT; Delcino Tavares — PMDB; Flávio Arns — PSDB; Homero Oguído — PMDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Onaíres Moura — PTB; Pinga Fogo de Oliveira — Bloco; Renato Johsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Wilson Moreira — PSDB.

Santa Catarina

César Souza — Bloco; Dêrcio Knop — PDT; Jarvis Gaidzinski — PL; Luiz Henrique

— PMDB; Nelson Motro — Bloco; Neuto de Conto — PMDB

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Muller — PDT; Antônio Brito — PMDB; Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDS; Eden Pedrosa — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Telmo Kirst — PDS; Valdomiro Lima — PDT; Victor Faccioni — PDS; Wilson Muller — PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 33 Srs. Senadores e 264 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Congressistas, inicialmente desejo congratular-me com V. Ex^a por ter sido escolhido para dirigir o Senado Federal, o que o faz também Presidente do Parlamento brasileiro na sua expressão maior — o Congresso Nacional.

Minhas boas-vindas aos deputados e senadores que retornam a esta Casa ou que a ela vêm pela primeira vez.

Sabemos que o Poder Legislativo passa por uma quadra difícil, com sua imagem bastante comprometida, o que foi soberbamente demonstrado pelo comportamento do eleitor no pleito de 1990, quando dois terços deste colegiado sofreu um processo de renovação.

Grande parte do desgaste e do desprestígio deste Poder encontra sua origem nas falhas e nos vícios de seu funcionamento interno, a partir dos anos em que foi castrado nas suas prerrogativas, e, em as reconquistando em passado recente, ainda com elas não aprendeu a conviver.

Sr. Presidente, a experiência de V. Ex^a, a sua postura parlamentar, a sua tradição política, aliados ao entusiasmo que se observa nos novos parlamentares, nos dão a convicção e a certeza de que esta legislatura será um grande momento do Parlamento brasileiro pela reformas políticas que este País precisa e que aqui deverão ser produzidas, ponto de partida para as demais reformas exigidas pela sociedade.

Entretanto, para que possamos atingir esses objetivos maiores precisamos aperfeiçoar-nos, corrigir-nos

Para alertar os novos parlamentares, deixando à reflexão de todos, trago alguns pontos, que, por serem inadiáveis, devem ser tratados com urgência. 1. extinção ou, se isto

não for possível, a urgente regulamentação do instituto medidas provisórias, que descaracteriza o processo legislativo e está transformando este Poder em quintal do Palácio do Planalto; 2. obrigatoriedade da votação nominal em todas as matérias, abolindo a votação de liderança se simbólica, que se confundem, pois criaram a ditadura de uma dezena de parlamentares e reduziram os demais a privilegiados espectadores de uma farsa ou a deputados de segunda categoria — e creio que nisto não há novidade, porque fomos eleitos para votar e não para que outros o façam em nosso nome. 3. obedecer o critério de proporcionalidade na designação para compor as comissões ou relatar matérias — hoje o critério é o da exclusividade, pois somente dois partidos têm indicado os presidentes e relatores, principalmente nas matérias importantes, e temos de respeitar o direito das minorias, fazendo um rodízio, observado o princípio da proporcionalidade. 4. adequar o Regimento Comum, que até hoje não foi votado, à nova Constituição. 5. compatibilizar o funcionamento do trabalho no Congresso com o compromisso assumido na base que representamos, adotando um cronograma de trabalho que afaste os atropelos e improvisações a que temos sido submetidos.

Sr. Presidente, tenho absoluta certeza de que, se adotados esses cinco itens, se a Mesa e V. Ex^a tomarem a iniciativa nesse sentido haveremos de mudar a fisionomia desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, é com grande esperança que inicio as minhas atividades no Congresso Nacional. Espero que deus nos ilumine e inspire para que possamos ter a grandeza e a dignidade necessárias ao bom cumprimento do nosso mandato.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece ao nobre Deputado Adylson Motta as referências encomiásticas a nossa atuação parlamentar. O testemunho de V. Ex^a é extremamente estimulante, porque parte de um dos mais atuantes representantes do povo brasileiro, que durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte desempenhou trabalho obstinado em defesa dos interesses do povo. Quanto as sugestões ora formuladas, elas deverão de ser apreciadas pelas Mesas da Câmara e do Senado, e consequentemente do Congresso Nacional, a fim de propiciarmos a diretriz central da sua proposta, qual seja, a participação de todos os parlamentares nos trabalhos do Congresso Nacional e de cada Casa legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao ilustre Deputado Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quero congratular-me com V. Ex^a por sua eleição para Presidente do Senado Federal e, portanto, do Congresso, bem como com o Deputado Ibsen Pinheiro, designado para dirigir os destinos da Câmara dos Deputados durante os dois

próximos anos, e com os demais membros da Mesa.

Felicitó também aqueles que retornam, porque tiveram êxito nas eleições, e apresento boas-vindas aos que aqui chegam pela primeira vez. Tenho certeza de que cada um traz consigo muitas propostas e projetos, no sentido de contribuir para que os problemas de nosso País sejam menores e, principalmente, para melhorar a vida dos brasileiros.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Parlamentares, quero manifestar-me a respeito do plano econômico. A verdade é que como estava a economia não podia continuar. Algo tinha de ser feito. Já estávamos vivendo novamente uma inflação em patamares acima de 20% ao mês e, evidentemente, a ciranda financeira estava funcionando a pleno vapor, talvez com maior intensidade do que nos tempos em que a inflação era maior, porque se notou uma diminuição muito grande de investimentos na área produtiva. Cada um sentiu de perto a recessão, o desemprego, a falta de negócios, de numerário, enfim, da geração de novos empregos. Tudo isso vinha dificultando o dia-a-dia de nossa gente.

Certamente o Plano Econômico elaborado pelo Governo não é perfeito. Por isso, gostaria de me referir apenas a três pontos e alertar a Comissão encarregada de analisá-los para emitir seu parecer.

Apresentei emenda ao dispositivo que prevê o tabelamento de preços, porque entendo que não podemos tabelar os preços na ponta. Eles devem ser tabelados e acompanhados na fonte, onde são produzidos. Minha proposta é no sentido de que todo produto fabricado traga impresso em sua embalagem o preço máximo de venda e que conste dos rótulos o imposto gerado pela venda do produto. Portanto, se controlado na fonte, é fácil obtermos um preço estável, mas é preciso que isso seja transformado em lei.

Outro aspecto do plano que me parece absolutamente injusto e desnecessário é o que determina a aplicação da tablita. Creio que essa medida beneficia apenas os endividados e os que não souberam conduzir seus negócios com seriedade e dedicação. Entendo que o tabelamento beneficia mais os relapsos do que os que praticavam preços menores.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Parlamentares, apelo à Casa, principalmente, à Comissão Mista incumbida de examinar o plano, para que acate algumas emendas e o altere, a fim de que possa ser aperfeiçoado e a sociedade, de uma vez por todas, possa receber um plano econômico sem indexação, o que por si só gerava a inflação. Parece-me que, com a TRJ, ela continua, mas esperamos que esta Casa saiba cumprir seu dever e aprove um plano econômico que atenda a todos os interesses da sociedade e da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento V. Ex.^a por ter sido eleito Presidente do Senado Federal. Sabemos que exercerá seu mandato com a dignidade e com a competência já demonstradas no primeiro dia do exercício da difícil função de Presidente do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, em segundo lugar quero afirmar que o debate do Plano Econômico, hoje em tramitação nesta Casa, através das Medidas Provisórias nºs 294 e 295 é, sem dúvida, extremamente complexo, porque se constitui, na verdade, de fatos consumados, na sua maioria difíceis de serem mudados. Esta é uma reflexão que temos de fazer.

No sistema parlamentarista, a emissão de medidas provisórias que se constituem em fatos consumados se justifica, tem razão de ser, porque o gabinete nada mais é do que uma expressão da vontade do Parlamento, podendo ser modificada qualquer momento. Por outro lado, no regime presidencialista, há que se reestudar essa questão, a meu ver o crucial para o funcionamento das instituições.

Quais são as medidas que podemos tomar agora? É possível, por acaso, rejeitar o conjunto das medidas provisórias, considerando-se já estarem em vigor e terem sido extintos vários instrumentos da política econômica que vinham sendo adotados durante tantos anos? Parece-me que não.

Nossa única opção, neste momento, é buscar alguns aperfeiçoamentos. No entanto, é preciso ter claro que não podemos — e, principalmente, não devemos — assumir responsabilidade por alguma alternativa que não chegou a ser discutida com a sociedade, isto é, por medidas tomadas sem a participação de quaisquer segmentos da sociedade brasileira. Essas medidas foram tomadas; a alternativa foi definida por um presidente que tem legitimidade, porque recebeu o voto popular. Mas a responsabilidade pela condução dessa política é do Presidente da República. Não podemos mudar o cerne das medidas em apenas alguns pontos. Acredito que devemos deixar claro para a Nação que a responsabilidade por essa política deve ser muito definida. Entretanto, não nos omitiremos de modificá-la em alguns pontos importantes, ainda que não se constituam no eixo dessa política.

Nesse sentido, gostaria que o Plenário avaliasse bem uma das medidas, a qual, embora venha sendo sistematicamente defendida pelo movimento sindical-operário, deve ser melhor analisada, a unificação da data-base.

Na economia brasileira não podemos ter certeza se, amanhã, dentro de uma mesma data-base, um acordo salarial em torno de um percentual, que se espalhará por todas as categorias, será possível, isto é, efetivamente nivelado, por baixo ou por cima, porque a realidade brasileira é muito dispersa, tanto no tempo quanto no espaço. Os setores profissionais, as categorias econômicas, enfim, os diversos setores da economia brasi-

leira têm dinâmica e realidade próprias. Há setores em franca expansão e outros em franca recessão; setores com alta lucratividade e setores com baixa lucratividade. Não se pode tratar da mesma forma a todos. A unificação em uma data-base pode acarretar situações extremamente difíceis: alguns setores econômicos, que poderiam abrir mão de uma parcela de sua lucratividade, não o farão, enquanto outros, que não têm possibilidade de ampliar a massa de salários, terão de fazê-lo, colocando em risco a situação econômica de todo o setor, o que não interessa à Nação, nem aos trabalhadores.

Portanto, quero chamar a atenção para esse aspecto de unificação da data-base, o qual, nesse contexto, é algo que podemos discutir e mudar. É preciso que essa situação fique muito clara, pois, historicamente, tem sido uma reivindicação do movimento sindical. Na realidade brasileira, entretanto, havendo toda essa diferenciação no espaço e no tempo, bem como situações geograficamente tão díspares e categorias econômicas que, em determinado momento, podem estar bem e, em outro, mal, a unificação possivelmente não será, como pensávamos antigamente, benéfica para o conjunto dos trabalhadores.

Esta parece-me ser uma modificação pontual que deve ser realidade. Apresento-a, porque podemos fazê-la. Não nos caberá, certamente, rejeitar o conjunto das medidas. São fatos consumados, e devemos deixar isso bem claro à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece ao nobre Deputado Alberto Goldman pela referência feita à atuação parlamentar daquele que dirige os trabalhos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Deputada Maria Aparecida Campos, que faz, neste instante, a sua estréia na tribuna do Congresso Nacional.

A SRA. MARIA APARECIDA CAMPOS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, os integrantes do PDT, PT, PC do B, PSB, PCB e PV decidiram promover uma mobilização nacional em defesa da Constituição, da autonomia do Congresso, da cidadania e dos trabalhadores contra a sistemática intervenção do Presidente da República no processo democrático, com o uso abusivo de medidas provisórias, sustentadas na Constituição apenas nos casos de urgência e interesse público relevante, que jamais se justificaram nas suas aplicações.

O Presidente, só ele, decide o que é urgente e o que é relevante para o povo, mas já sabemos que ele não fala do povo brasileiro, do trabalhador e do “descamisado”. Jamais, em tempo algum, os salários estiveram tão arrochados. Somente no ano passado S. Ex.^a jogou em cima dos trabalhadores sete planos salariais, aprimorando-se cada vez mais no confisco do poder aquisitivo de nosso povo.

No primeiro impacto de se ver governado, depois de tantos anos, por um presidente eleito pelo voto direto, o povo e a maioria dos políticos aceitaram que S. Ex.^a rasgasse a Constituição, até mesmo confiscando nossa poupança. Mesmo os parlamentares que discordaram dessa e de outras medidas acabaram sendo rebocados pela empolgação nacional de que alguma coisa precisava ser feita. O que se viu foi o lamentável espetáculo de alguns representantes do povo, discutindo não a questão moral e ética, mas cifras da imoralidade, como: leilão do nosso dinheiro, 50 de retrada é pouco, dá 100, dá 75.

A resposta veio nas urnas. O povo votou na renovação, porque espera de nós um comportamento diferente. Mas o PDT, o PT, o PC do B, o PSB, o PCB e o PV decidiram apelar para outros recursos, além daqueles parlamentares e jurídicos, para mascarar sua indignação. Vamos ficar em vigília permanente, em Brasília e em todos os estados, protestando contra o arbítrio das decisões palacianas.

As medidas do Plano Collor II são mais uma vez apresentadas como indispensáveis para a salvação nacional, mas na verdade apresentam apenas remendos para mascarar o fracasso do primeiro plano. Remendos que visam a arrochar ainda mais os salários. E o que nos oferece em troca? Um falso e ridículo congelamento de preços. O descaramento é tanto que a tabela de preços divulgada pela Sunab já foi refeita três vezes. Nem os supermercados queriam cobrar tanto quanto o Governo oferecia.

O anunciado reajuste salarial, embutido no plano para fugir à lei que vinha sendo discutida no Congresso, é outra farsa criminosas, porque nem de longe recupera as perdas acumuladas. E o que é mais grave: discrimina categorias como a dos servidores públicos civis e militares, aposentados e pensionistas. Esses foram esquecidos, como se a inflação não os atingisse. Como se isso não bastasse, o nosso tirano da modernidade, covardemente, quer punir os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, impondo-lhes aumentos mensais nas prestações e — pasmem! — determinando pagamento do Imposto de Renda de 35% ao final da quitação.

O Governo tenta ainda atrair a simpatia da sociedade, manipulando antigas reivindicações populares e sindicais. O congelamento não é o único exemplo. A unificação da data-base é outra manobra gritante. Ela foi feita no pior período para os trabalhadores que recebem uma gorjeta agora e a próxima dentro de seis meses, enquanto a medida provisória resguarda ao Governo o direito de aumentar os preços quando achar necessário.

Quanto à desindexação, o golpe vem na mudança de siglas. Trocam o BTN por TR, da mesma maneira que substituem congelamento por trégua.

Por último, o Plano Collor II destrói a Federação, retirando autonomia dos estados e dos municípios, concentrando todos os poderes nas mãos da mesma equipe econômica, que já tracassou mas não desiste, até porque

acredita que pode executar duas vezes as mesmas vítimas. Nós, parlamentares do PDT, do PT, do PC do B, do PSC, do PCB e do PV convocamos a sociedade, sindicatos, comunidades, Governadores e Prefeitos para uma virgília permanente, no Congresso e em todos os estados, para impedir mais esse golpe do Governo Collor de Mello contra os trabalhadores, contra o Poder Legislativo, contra a democracia e contra a Constituição.

Votaremos contra o plano e exigimos regulamentação já das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carrion Júnior.

O SR. CARRION JÚNIOR (PDT — RS. Sem revisão do orador) — sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, o discurso que a Deputada Maria Aparecida Campos acaba de proferir neste plenário, além de constituir manifestação extremamente importante e que por melhores mãos não poderia ter sido conduzida, registra também a reestruturação das forças, nem diria progressistas, mas esclarecidas, que estão em busca da unidade a favor de uma legislação que não aprofunde o achatamento salarial, não coloque os estados sob a canga do Governo e estabeleça aquilo que todos queremos, ou seja, uma política de desenvolvimento.

Não posso deixar de relatar neste plenário a nossa participação, em nome do PDT, na Comissão Mista que está analisando a Medida Provisória nº 294.

O PDT votou pela inadmissibilidade da medida provisória, tendo em vista que admiti-la neste momento representaria uma contradição.

A recente convocação extraordinária do Congresso Nacional foi baseada no art. 57, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, o qual estabelece que a convocação se fará em caso de urgência ou interesse público relevante.

Ora, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, aqui temos medidas provisórias encaminhadas 24 horas depois de encerrada aquela convocação, sob as mesmas alegações. Não houve fato novo, não houve inflação nova. E mais: o Governo dispunha de vários instrumentos como, por exemplo, mensagem de pedido de urgência, que o Congresso Nacional teria 45 dias para votar.

A Comissão, na manhã de ontem, aprovou a convocação da Sr.^a Ministra da Economia. A Bancada do PDT estabeleceu que mesmo discordando da convocação, por considerá-la inócua, votaria com os demais membros da Comissão, porque talvez se pudesse, hoje e amanhã, com a presença da Sr.^a Ministra, ter a oportunidade de aperfeiçoar as medidas, ainda que a nossa posição a elas fosse contrária. Houve a concordância dos demais membros da Comissão a esta proposta. Para surpresa nossa, à tarde nos foi comunicado, pelo nobre Presidente da Comissão, que a Sr.^a Ministra não dispunha de horário livre em sua agenda para vir ao Congresso Nacional, nem mesmo no fim de semana. Como admitir que,

num caso de medida provisória urgente, a Sr.^a Ministra não possa vir ao Congresso Nacional?

Nossa Bancada voltará a este assunto ainda hoje, mas quero dizer aos Srs. Congressistas que é inaceitável que uma medida provisória seja editada 24 horas após o final da convocação extraordinária do Congresso Nacional. A posição do PDT, ainda que tenha sido isolada, reflete a convicção de que o Governo, mais uma vez, está passando por cima de uma discussão democrática. Como eu já disse neste plenário, o Governo virou as costas a uma negociação com os trabalhadores e fez o mesmo em relação a uma negociação com os empresários com o Congresso Nacional. Por isso, 24 horas depois de terminado o período de convocação extraordinária deste Parlamento, edita duas medidas provisórias. É importante chamar a atenção de V. Ex.^a para o fato de que mais graves que a edição destas medidas provisórias são as resoluções baixadas pelo Banco Central, que asfixiarão as administrações estaduais e que tentam, através desse caminho tortuoso, escapar do Congresso Nacional. Essas resoluções do Banco Central são até mais nocivas do que as próprias medidas provisórias encaminhadas a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e Srs. Congressistas (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Moraes.

O SR. RICARDO MORAES (PT — AM Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, tomamos posse e já estamos enfrentando mais um pacote econômico imposto pelo Sr. Fernando Collor de Mello, que, no começo do seu Governo disse que ia matar o tigre apenas com um tiro. Parece-me que o Sr. Fernando Collor de Mello atirou no tigre com uma bala de festim. O Presidente da República — desculpem-me os companheiros — tem brincado desde o seu primeiro dia de Governo — inclusive, foi brincar de guerrilheiro na Amazônia — e dessa forma está tentando governar este País. Mas nós trabalhadores, não somos brincadeira e não aceitamos, em hipótese alguma, ser tratados da forma como o Governo Federal nos está tratando, isto é, com medidas provisórias.

Em nosso Estado, o Amazonas, o Governador Vivaldo Frota até hoje não pagou o salário do funcionalismo público. Enquanto isso, constrói um sambódromo que custará 65 milhões de dólares ao Estado — em São Paulo, o sambódromo custou apenas 8 milhões de dólares. E S. Ex.^a ainda faz clientelismo: gasta 120 milhões de cruzeiros por mês na distribuição de sacolinhas de rancho para sustentar seus votos.

Não podemos admitir esse tipo de abuso no País, muito menos a impunidade dos culpados. Nós, eleitos para este Congresso, que, sabemos, foi renovado em 63%, devemos dar uma lição ao País e mostrar a toda a população que não vimos aqui para ser meninos

de recado do Governo Federal Temos, pois o compromisso de não aceitar qualquer tipo de manobra contra a classe trabalhadora

Até agora, o Plano Collor I, só na área metalúrgica da Zona Franca de Manaus, demitiu mais de 10 mil trabalhadores, na construção civil, mais de 7 mil, enquanto no comércio mais de 5 mil trabalhadores já foram mandados embora.

Agora vem o Plano Collor II. Qual a expectativa da classe trabalhadora e do povo brasileiro com relação a esse plano? Nenhuma. Há apenas a esperança de viver mais um ano de medo, mais um ano aterrorizante, como vivem as pessoas no Golfo Pérsico. Entretanto, o medo de morrer de fome talvez seja pior do que o de morrer numa guerra, já que o tiro bate e mata, enquanto aqui vamos morrendo devagar.

Quero dizer ao nobre Deputado Amaral Netto que S. Ex^a não precisa mais se preocupar com a aprovação de seu projeto sobre a pena de morte, pois o Presidente da República já está matando a classe trabalhadora de cabo a rabo neste País

Nós, que estamos sendo desrespeitados pelo Executivo, temos a responsabilidade de não deixar que isso aconteça.

O Sr. Presidente da República já rasgou a Constituição aqui aprovada. O art. 3º da Constituição Federal diz o seguinte:

“Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

II — garantir o desenvolvimento nacional,

III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”

Por isso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, temos a responsabilidade de fazer cumprir a Constituição, uma vez que o Presidente da República não a respeita

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Deputado Francisco Domingos dos Santos.

O SR. FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS (PT — DF Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, meu primeiro contato com esta Casa foi em outubro de 1979. O regime ainda era o da ditadura militar, quando ocupávamos essas galerias para cobrar do Presidente do Congresso Nacional, o então Senador Jarbas Passarinho, uma posição a respeito do arrocho salarial

Neste instante, retorno a esta Casa na condição de Deputado Federal, eleito pelo povo do Distrito Federal. E qual não é a nossa tristeza ao verificar que, ao longo desses dez anos, a política de arrocho e miséria se acentuou. Hoje, para verificar a miséria da qual os trabalhadores são vítimas, não é preciso ir longe, não é preciso ir à África, ao Ceará ou ao interior do Maranhão. Tive a oportunidade de verificar nesta Casa o quanto de injustiça campeia neste País. Este é o contracheque (**exibe o documento**) de uma trabalha-

dora da limpeza desta Casa, que recebeu, no mês de janeiro, um salário líquido de Crz\$ 18.561,21! Essa trabalhadora, D. Celina, é o espelho real da miséria em que a sociedade e os trabalhadores se encontram. Mãe de oito filhos, mora em uma favela, em uma toca, com sua família — como se fossem animais! Milhões de trabalhadores passam por situações, semelhantes. Sr^s e Srs. Congressistas, espero que V. Ex^s não se choquem com o que agora vou mostrar, pois quero chamar a atenção desta Casa e todo o povo para a miséria que assola o País. Este (**exibe**) é o almoço que D. Celina traz a cada dia, ao sair de sua residência para limpar as dependências desta Casa.

Está na hora de o Congresso Nacional se levantar e assumir seu papel, dizendo “não” a essas medidas antipovo, baixadas por um Presidente insensível, que não tem responsabilidade com a Nação. Caso contrário daqui a alguns dias não será somente D. Celina que se alimentará com isto. Aliás, tal refeição ela come lá no subsolo do Anexo IV, num local que posso chamar de “corredor da vergonha.” Este o tratamento de que aqueles trabalhadores são vítimas.

Repito, Sr. Presidente: se este Congresso não assumir seu papel e não tiver dignidade, milhões de trabalhadores continuarão vivendo nessas mesmas condições subumanas. Se alguém tem dúvida quanto ao que estou dizendo, que compareça ao subsolo do Congresso Nacional e do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, e sentirá de perto a realidade desses trabalhadores da limpeza.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, se em Brasília a situação dos trabalhadores é esta, imaginem o que ocorre com os que vivem no interior do Acre, do Maranhão, do Piauí, de Pernambuco, de São Paulo, enfim, de todo o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que o Congresso rejeite essas medidas e busque uma política econômica e social decente, para que este País cresça e nele haja uma verdadeira distribuição de renda. Não é possível o povo brasileiro continuar a morrer de fome, vivendo na mais absoluta miséria (Palmas)

O Sr. Edson Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDSON SILVA (PDT — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, tenho em mãos xerox do “Informe Publicitário”, de **O Estado de São Paulo**, publicado no dia 5 de fevereiro de 1991. A matéria publicada pelo conceituado jornal traz uma entrevista do Ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, com empresários marítimos de São Paulo. Num determinado momento do debate, o Ministro Ozires Silva, falando aos empresários, diz que, no momento em que tramitasse nesta Casa qualquer matéria do interesse do empresariado paulista, eles deveriam vir aqui para fazer um **lobby**, para fazer pressão; mais do que pres-

são, para gritar; mais do que gritar, para jogar coisas nos Parlamentares

Estou encaminhando à Mesa, Sr. Presidente, documento em que exijo que o Sr. Ministro, como estabelece o art. 226, item II, do Regimento Interno, confirme ou negue as declarações publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa adotará as providências socilitadas por V. Ex^a

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR.

OZIREZ: “EMPRESÁRIOS, FAÇAM SEU ‘LOBBY!’”

O que impede o fim do monopólio dos sindicatos de avulsos nos portos?

“Peço que aguardem até que terminemos o projeto de desregulamentação e o submetamos ao presidente da República. Temos discutido bastante com o Syndarma e outras entidades, e com os sindicatos dos trabalhadores, estivadores, capatazia, consertadores, todos eles, e já estamos com idéias bastante firmadas. Portanto, a partir do instante que o presidente considere adequado, já estaremos com um diploma legal rezoavelmente formado. Quanto à redação específica, onde estão as vírgulas e os pontos, conservamos conosco, porque é um assunto extremamente sensível. De qualquer forma, por medida provisória ou projeto de lei, essa nova regulamentação será debatida no Congresso Nacional.

“Nesse debate no Congresso eu peço — aliás, mais que peço, apelo — aos senhores empresários que não sejam novamente derrotados, como aconteceu na Assembleia Nacional Constituinte. Que preparem os seus mecanismos junto ao Congresso Nacional, para trabalhar e defender aqueles pontos que os Srs. desejam defender, sejam favoráveis ou contrários ao dispositivo legal que o governo está pretendendo. E não tenham, pelo amor de Deus, o menor constrangimento de fazer isso. De forma alguma nós consideraremos uma oposição do setor empresarial, dos trabalhadores, a respeito de determinados dispositivos que nós escrevamos, que sejam contrários.

“Não, eu acho que tem que se consagrar a vontade da maioria. Mas é necessário que os Senhores. exercitem seus músculos, porque os trabalhadores também estarão fazendo **lobby**, na boa acepção da palavra, junto ao Congresso, bastante forte. Mais que **lobby**, pressão. Mais que pressão, grito. Mais que grito, jogando coisas nos parlamentares no momento em que for votada qualquer coisa. Isso vai acontecer, inevitavelmente, porque o passado já demonstrou que ocorre. Quem sabe, os Senhores possam seguir o mesmo caminho, se estiverem dispostos a tanto. De qualquer forma, nosso sistema permite que as galerias se manifestem, é um dos poucos parlamentos do mundo em que a galeria se manifesta. (...)”

As reticências são por conta da repetição e ênfase dessas posições, pelo Ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, durante o Seminário Nacional de Transporte Marítimo e Construção Naval, promovido dia 1º no hotel paulistano Maksoud Plaza pelo Syndarma, com planejamento e realização das Edições Aduaneiras e apoio da AEB, Adede e FCESP.

O ministro completou essa resposta a uma pergunta do plenário. "Com toda desenvoltura, defendam seus pontos de vista, não cedam de maneira nenhuma, inclusive contra nós próprios. Podemos divergir bastante do ponto de vista profissional e ainda sairmos para tomar, não um uísque, que é importado, mas uma cachaça, depois da discussão. Peço que nos ajudem a aperfeiçoar essa legislação, através de salutar discussão, que é a base do princípio democrático."

Exmº Senhor Presidente do Congresso Nacional Senador Mauro Benevides

O deputado abaixo firmado com amparo no art. 226 item II, do Regimento Interno vem através do presente encaminhar a Vossa Excelência pedido de informação do Ministro de Estado Ozires Silva da Infra-Estrutura com base no que se segue:

Conforme matéria publicada no suplemento especial do dia 5 de fevereiro do corrente ano do jornal *O Estado de S. Paulo* senhor ministro em questão, teria sugerido a empresários paulistas que quando nesta Casa tramitassem projetos de seus interesses que os empresários se mobilizassem, que fizessem lobby, pressão. Mais que pressão, grito. Mais que grito, jogassem coisas nos parlamentares no momento em que fosse votado qualquer coisa. Transcrevo na íntegra as expressões do ministro.

Entendo Senhor Presidente, se verdadeiras as afirmações publicadas pelo conceituado jornal, o Senhor Ministro Ozires Silva agiu com deslealdade e desrespeito para com o Congresso Nacional.

Mais que isso, feriu a Constituição que se expressa exigindo harmonia entre os Poderes.

Solicito de Vossa Excelência que intime o senhor ministro a prestar informações por escrito sobre a referida matéria negando ou afirmando tal fato.

Sala das Sessões do Congresso Nacional aos sete dias do mês de fevereiro de 1991

Edson Silva, Deputado Federal PDT/CE.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Euler Ribeiro.

O SR. EULER RIBEIRO — (PMDB AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, a região Amazônica está sendo discriminada pelo novo pacote econômico do Governo. O Programa de Fomento à Competitividade Industrial está impedindo o próprio Banco da Amazônia S/A. — BASA — de liberar recursos para os projetos de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia. Isto é uma discriminação da equipe econômica, que,

sem conhecer as reais necessidades da nossa Amazônia, vem interferir, de maneira abusiva e agressiva, na vida de milhares de habitantes da Região Norte.

Essa atitude, tomada pela equipe econômica do Presidente Collor, não foi, tenho certeza, esclarecida ao Presidente da República. Como imaginar que a Região Norte, com estados que estão nas fronteiras de uma área ainda pouco desbravada, peça recursos para seus projetos em bancos que tão-somente atendem aos interesses de suas respectivas regiões?

Isto é inaceitável Srª e Srs. Congressistas. Por esse motivo, já enviei ao Presidente da República mensagem de protesto, acusando a discriminação cometida contra minha região. Não posso acreditar que tal fato tenha sido realmente bem explicado ao Sr. Presidente. Espero seja modificado este artigo infeliz, que excluiu do Basa a faculdade de cuidar das necessidades da Amazônia, pois foi para este fim que aquele banco foi criado.

Nesta Casa da democracia, registro o apelo da Amazônia para que a situação seja analisada profundamente, com a abordagem dos aspectos econômicos e sociais que estão sendo renegados no Programa de Fomento à Competitividade Industrial.

O povo da Amazônia não merece ser discriminado.

Era o que eu tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito obrigado.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Magalhães Teixeira.

O SR. MAGALHÃES TEIXEIRA (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, o dia de hoje marca a instalação oficial da democracia participativa no Brasil. Campinas, cidade que tem contribuído de maneira intensa para o desenvolvimento do País, seja no setor cultural, econômico e social, seja no setor de pesquisa científico e industrial de alta tecnologia, hoje se destaca no cenário político nacional, como a primeira metrópole brasileira que analisará uma proposta de iniciativa popular, através da sua Câmara de Vereadores. Em prazo curtíssimo, foram conseguidas mais de 40 mil assinaturas, ultrapassando, assim em muito as adesões exigidas por lei, de 5% do número de eleitores.

Essa proposta da comunidade visa a corrigir a ganância da atual administração municipal em relação ao IPTU, que deixou de ser um imposto com finalidade social para ser um ato confiscatório.

É importante ressaltar que tal projeto foi de iniciativa da Ordem dos Advogados no Brasil — Seção de Campinas, Estado de São Paulo, dos sindicatos de Trabalhadores, da Sociedade Amigos de Bairro, tendo ainda a participação de nosso partido, o PSDB.

Seguramente, Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, a comunidade mobilizada corrigirá os excessos cometidos pelo Poder Executivo Municipal, dando início a uma prática que deverá ser seguida por todos.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas.

Na solenidade de abertura da 49ª Legislatura, por ocasião da posse dos Srs. Deputados, apresentei proposta ao presidente dos trabalhos, Deputado Ulysses Guimarães, no sentido de auto convocar o Poder Legislativo sem qualquer ajuda de custo aos Parlamentares.

Nossa proposta continha as seguintes premissas:

1) — A posse de seu dia 1º de fevereiro, sendo que, no dia seguinte, devamos eleger a Mesa Diretora, e já no dia 3, entraríamos em recesso, processo esse que, embora Constitucional e Regimental, não contaria com a compreensão da sociedade.

2) — Com a auto convocação, o Congresso poderia elaborar sua pauta, nela inserindo itens importantes, entre os quais a Emenda Nelson Jobim, que regulamenta o uso de medidas provisórias.

3) — Evitaríamos dessa forma ser convocados por outro Poder, o que sempre é constrangedor.

4) — Demonstraríamos à sociedade que este Congresso quer trabalhar, cumprindo o seu dever, neste momento de sérias dificuldades que o País atravessa, seja no âmbito interno, seja no âmbito externo.

Portanto, Sr. Presidente, venho agradecer a V. Exª e aos componentes da Mesa Diretora do Congresso o atendimento da proposta que fizemos para que os trabalhos legislativos não tivessem ajuda de custo, para não onerar os cofres públicos, fato este que mereceu elogios por parte de segmentos da sociedade e da própria imprensa.

Com o mesmo intuito, solicitamos a V. Exª a agilização dessa proposta, para que possamos aprovar em breve medidas de reforma legislativa e administrativa, tendo em vista a modernização e a democratização deste Parlamento, tais como:

1) — Regulamentação da medida provisória, para evitar o seu uso abusivo pelo Poder Executivo

2) — Programação e publicação mensal da pauta relativa às matérias a serem apreciadas no plenário

3) — Redação para um terço do quorum para as deliberações desta Casa e de suas comissões, mediante alteração do art. 47 da Constituição Federal.

4) — Facilidade no processo de pedidos de verificação de presença.

5) — Redefinição da atribuição do Colégio de Líderes.

6) Desconcentração do trabalho legislativo para as Comissões Técnicas.

7) Elaboração e aprovação do Código de Ética e Decoro Parlamentar, previsto no Regimento Interno.

8) — Modernização da divulgação dos trabalhos legislativos.

9) — Regulamentação da Comissão Mista de Orçamento.

10) — Elaboração do novo Regimento Interno do Congresso Nacional.

Para que tudo isto se torne realidade, propomos que se forme Comissão Mista de Deputados e Senadores para apresentar dentro de trinta dias os resultados dos trabalhos.

Sr. Presidente, para que faça parte do meu discurso, leio artigo de minha lavra intitulado "Trabalho, a resposta do Congresso."

"Dia 1º o Congresso se reunirá para a posse dos novos parlamentares. Em seguida, serão eleitos os integrantes das mesas dirigentes dos trabalhos na Câmara e no Senado. Tudo termina com um ato formal, como em qualquer outro país democrático. O que me incomoda e me constrange, como deputado federal eleito, é que depois desse formalismo, voltaremos todos para casa, pois os trabalhos só começarão dia 15.

Preocupa-me a imagem desgastada do Congresso. Há uma comissão do PSDB encarregada de propor mudanças no Regimento Interno, que modernizem o Congresso adaptando-o às novas exigências da sociedade. Um grupo de colegas de outros partidos também trabalha nesse sentido. O simples fato de parlamentares estarem se reunindo para buscar soluções que removam o lixo autoritário e coloquem o Poder Legislativo novamente na vanguarda do processo político aponta para um Congresso mais soberano e independente, com conseqüente ganho para a sociedade. O novo Congresso deve abandonar a postura antiga, tão amplamente condenada pelos eleitores, se autoconvocar, abrindo mão dos ganhos extras, e começar os trabalhos já

Fatos para análise não faltam. Podemos aproveitar os dias extras até para trocar idéias sobre ações que contribuam para a modernidade e, também, abrir a pauta de votação para solucionar temas polêmicos, criando espaço no calendário para assuntos mais trabalhosos. Precisamos, ainda, lembrar do conflito no Golfo e suas conseqüências para o Brasil. O que não devemos é ficar de braços cruzados. Existe muito por fazer e, sobretudo, há de se dar uma resposta efetiva à descrença generalizada.

São necessárias mudanças no recesso, porque, embora o parlamentar tenha direito a férias, a instituição não pode nem deve tê-las. Enquanto o presidente não se cansa de assinar medidas provisórias como se fossem a única maneira de governar o País, o Congresso não deve ficar esperando passivamente sua convocação pelo Executivo, como se a ele fosse vinculado.

Seria bom debatermos formas de comunicação que mostrem nosso trabalho ao público. São comuns fotografias do plenário vazio que, evidentemente, chocam a opinião pública porque simbolizam descaso e falta de responsabilidade. Contudo, nem sempre tratam o que se passa. No Congresso ocorrem diversas

reuniões, algumas nos horários das votações em plenário.

Não quero defender o antigo Congresso nem o criticar, mas acredito que um exemplo possa ser elucidativo. O presidente da República despacha com ministros, assina decretos, normas, portarias e medidas provisórias todos os dias. Pelo centralismo do Poder, ele é mais visto pelo público. O trabalho parlamentar é mais complexo, interpretativo e conciliador de antagonismos, principalmente num país como o nosso, excessivamente marcado pela intervenção do Estado na economia. Por ser uma Casa que busca o equilíbrio da Federação e pela multiplicidade de seus representantes, as decisões, obviamente,

Justamente nesse emaranhado de comissões, reuniões de bancadas, de líderes de bancadas, que reside a essência da democracia e nossa tarefa como representantes da sociedade. Cabe-nos assegurar transparência a todo o processo decisório. O momento político é grave, já sabemos, a imagem dos políticos está desgastada, temos consciência, mas não podemos ficar impassíveis sem pelo menos tentar melhorar o Congresso. Dentro de quatro anos, o Parlamento será novamente julgado. Espero que ele não seja, marcado outra vez pelo desapontamento dos eleitores, que preferiram, de norte a sul, sem qualquer movimento orquestrado, anular ou votar em branco."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, recebemos ofício-circular da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários e Trabalhadores de Bloco, assinado por seu Presidente, Mário Teixeira, onde são denunciadas as declarações do Sr. Ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, durante o Seminário Nacional de Transporte Marítimo e Construção Naval, promovido dia 1º, no Maksoud Plaza, pelo Syndarma.

Respondendo a uma pergunta sobre o que impediria o fim do monopólio dos sindicatos de avulsos nos portos, o Ministro, segundo o suplemento especial do **O Estado de S. Paulo** de 5 de fevereiro, afirmou:

"Peço que aguardem até que terminemos o projeto de desregulamentação e o submetamos ao Presidente da República. Por medida provisória ou projeto de lei, essa nova regulamentação será debatida no Congresso Nacional."

Neste debate, prossegue o Ministro:

Eu peço, aliás mais que peço, apelo aos senhores empresários que não sejam novamente derrotados, como aconteceu na Assembléia Nacional Constituinte. Que preparem os seus mecanismos junto ao Congresso Nacional, para trabalhar e defender aqueles pontos que os senhores desejam defender, sejam favoráveis ou contrários ao dispositivo legal que o Governo está pretendendo. É não tenham, pelo amor de Deus, o menor constrangimento de fazer isso."

Não bastasse a parcialidade de manifestação como esta em favor dos armadores e contra os descamisados, o Sr. Ministro vai mais adiante e sugere que o **lobby** empresarial use de violência para defender os seus interesses. Diz S. Ex^a:

"Mas é necessário que os Srs. exercitem os seus músculos, porque os trabalhadores também estarão fazendo **lobby**."

Depois de dizer que já aconteceu de se jogarem coisas nos Parlamentares durante as votações, o Sr. Ministro Ozires Silva acrescenta:

"Quem sabe os senhores possam seguir o mesmo caminho, se estiverem dispostos a tanto."

Estamos diante de um fato da maior gravidade, Sr. Presidente. Um Ministro de Estado concita os empresários do setor de navegação a "jogarem coisas" nos Parlamentares, a constituírem um **lobby** violento para fazer passar propostas de interesse desses mesmos empresários.

Esta atitude, Sr. Presidente, é mais uma demonstração do verdadeiro caráter deste Governo, que se diz defensor dos descamisados. É um Governo, sim, contra o povo, antidemocrático, que, não contente em fazer pouco do Poder Legislativo com as suas incontáveis medidas provisórias, agora propõe que a agressão a esta Casa chegue às vias de fato.

Apoio, Sr. Presidente a proposta do eminente Deputado Edson Silva, no sentido de que o Sr. Ministro dê os devidos esclarecimentos sobre suas declarações. Mais ainda, é preciso que faça uma retratação e um pedido público de desculpas. Isto se impõe, sob pena de se levar o Poder Legislativo à completa desmoralização.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ney Lopes, que falará pela Liderança do PLF.

O SR. NEY LOPES (PFL — RN. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, gostaria de comunicar à Casa um fato que, do ponto de vista da integração social, econômica e política da América Latina, me parece da maior importância. Recentemente, a Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano aprovou, por unanimidade,

a instalação da sede definitiva deste órgão na cidade de São Paulo. Essa era uma luta, Sr. Presidente, que se vinha desenrolando há algum tempo, encontrando resistência de certos países da América do Sul. No entanto, o assunto chegou a bom termo, e, já na primeira semana de março, os dirigentes do memorial da América Latina, em São Paulo, estarão lançando a pedra fundamental da futura sede do Parlamento Latino-Americano.

Sr. Presidente, vivemos momento em que questões transnacionais, pela sua natureza, estão acima das nações e dos estados. Por exemplo, discutimos os problemas da dívida externa das drogas, da violência, enfim, problemas de toda natureza. Eles se colocam, em nível de discussão, muito acima dos Estados, muito acima no nível interno. Na Europa, por exemplo, que em 1992 estará totalmente integrada, já funciona, há algum tempo, com sede em Estrasburgo, o Parlamento Europeu, com representação de todos os países.

Portanto, a instalação do Parlamento Latino-Americano em São Paulo deve representar para nós, brasileiros, e especialmente para nós, Parlamentares, uma responsabilidade a mais. E, nesta hora, na condição de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, não apenas comunico o fato, mas solicito aos colegas que se integrem ao debate crítico, dando sua contribuição, para que, muito em breve, em nossos Países, na cidade de São Paulo, se instale a sede do Parlamento Latino-Americano, com representação de todas as nações do Continente.

Desta maneira, a exemplo de outras áreas do mundo, a América Latina também poderá integrar-se politicamente para enfrentar suas questões econômicas e sociais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Casa agradece ao Deputado Ney Lopes, que preside o Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, a comunicação. E acredito que tanto o Senado Federal como a Câmara dos Deputados haverão de prestigiar a ação do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali, que falará pelo PC do B.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ao falar novamente no horário da Liderança do PC do B, representando também nosso Líder, o Deputado Haroldo Lima, gostaria de fazer um registro inicial, exatamente sobre a reunião que houve ontem nesta Casa de lideranças de partidos declaradamente de oposição.

Como primeiro resultado desta reunião, saiu o manifesto aqui lido pela Deputada Cidinha Campos, no qual se tenta, de forma muito clara, estabelecer dois grandes eixos de atuação nesta Casa. O primeiro é exatamente uma postura de não mais permitir que

este Congresso se mantenha subserviente ou a reboque das ações do Poder Executivo, que, cada vez mais, concentra poderes e marginaliza, desrespeita e retira do processo decisório o Congresso Nacional. Tenho certeza de que essa proposta retirada ontem da reunião da qual participaram o PDT, PT, PSB, PC do B, e PCB não se limita a esses partidos, já que a defesa do Congresso Nacional passa também por um conjunto de outras forças de parlamentares que para cá vierem para cumprir um papel político e não querem participar mais do jogo de faz-de-conta na apreciação das medidas provisórias: votamos contra elas mediante a aprovação de um projeto de conversão, mas este projeto é vetado e novas medidas são editadas. Além disso, os acordos feitos até agora não estão sendo respeitados pela Liderança da Maioria ou pelo próprio Governo Federal. Não podemos mais aceitar esse jogo que ilude a opinião pública e faz de nós marginais da decisão política ou pessoas que estão aqui compactuando com o jogo de ilusões.

Diante disso, acho que esse primeiro grande eixo exige de nós a mobilização da sociedade civil, para que compreenda a necessidade imediata de se regulamentar a edição de medidas provisórias, para permitir que o Poder Legislativo passe a legislar, a fazer as leis complementares, enfim, a exercer o seu papel representativo, ao invés de ficar discutindo medidas provisórias ou propondo antecipação da revisão da Constituição. A proposta de antecipação da revisão constitucional, na realidade, tem como conteúdo fundamental golpear as conquistas já estabelecidas no texto constitucional e que não foram ainda sequer aplicados, no seu conjunto.

O segundo aspecto é divulgar à sociedade o que significa o Plano Collor II, que tenta, como diz o documento, remendar o Plano Collor I, diante do seu fracasso.

E gostaria de destacar hoje, em especial, a questão dos servidores públicos e, consequentemente, dos aposentados e pensionistas. Digo hoje, porque está acontecendo uma paralisação de vinte e quatro horas dos servidores públicos, destacadamente os da Previdência Social, categoria da qual faço parte como profissional de saúde do INAMPS. Os trabalhadores da Previdência Social — que muito contribuem, na execução dos trabalhos, para devolver ao povo, na forma de serviços essenciais, o tributo que incide sobre os salários — vêm sendo agredidos cotidianamente. Eles foram discriminados durante todo este período, e agora outra vez o são fortemente com esse novo plano, pois não têm qualquer perspectiva de reajuste, e estão, juntamente com os aposentados e pensionistas, tendo agudizada sua situação de desespero.

A Previdência Social tem sofrido uma outra agressão, que diz respeito a questões essenciais do povo, por exemplo, a saúde. No nosso Estado, o Rio de Janeiro, toda rede pública de saúde está praticamente concen-

trada e grande parte dela — os hospitais da Previdência Social — não tem obtido, até aqui, do Governo o respeito às normas constitucionais reguladoras do Sistema Único de Saúde, como tem sofrido perdas decisivas com as demissões e disponibilidades postas em prática até aqui, isso acarreta a desativação de grande parte do setor de saúde, deixando importante parcela da população do Rio de Janeiro sem qualquer assistência médica e multiprofissional.

Os funcionários da Previdência Social hoje paralisam seus trabalhos não só reivindicando respeito à saúde da sociedade fluminense e do Brasil, mas também contra as medidas contidas do Plano Collor II e, preventivamente, contra possível envio de projeto de lei a esta Casa, pretendendo cortar gratificações e antecipação do Plano de Cargos e Salários, que são direitos adquiridos desses trabalhadores, sendo portanto impedida sua revogação.

Esses trabalhadores já conseguiram um primeiro tento: impediram edição de medida provisória a respeito e o encaminhamento da matéria através de projeto de lei. Reconhecemos que isso representa um recuo do Executivo. Porém, precisamos fazer ver ao Governo Federal que esse projeto de lei sequer pode dar entrada nesta Casa, porque é absolutamente inconstitucional, como também é o conjunto de medidas do Plano Collor II.

A Ministra da Economia, que tem demonstrado total insensibilidade às questões sociais e seguidas agressões ao texto constitucional, deveria vir a este plenário, mesmo no período de carnaval, discutir as novas medidas econômicas.

Quero deixar registrado muito claramente que o Partido Comunista do Brasil não só votará contra esse plano — como igualmente o farão os demais partidos que ontem participaram desta reunião — mas também conclama este Plenário a acolher o recurso, assinado em bloco, de inadmissibilidade dessas medidas, para que sequer tenhamos que passar pelo vexame, pela situação de marginalidade a que estamos sendo submetidos pelo Poder Executivo. Por isso, solicitamos não só o acolhimento deste recurso, mas também a votação favorável a ele, para que possamos dizer ao Poder Executivo que este Congresso é uma instituição democrática, legítima e legal, que quer responder à sociedade com seu poder político de deliberar, de legislar. Mostraremos que o Legislativo não é um marginal nas decisões, mas que quer discutir as leis complementares, os projetos de lei de iniciativa dos deputados e avaliar, não sob forma de medida provisória, as sugestões ou posições do Poder Executivo. Este recurso dará entrada hoje e será apreciado plenário. Queremos não só seu acolhimento, mas sua aprovação, para que essas medidas retornem à origem e possamos elaborar uma política econômica justa para os trabalhadores deste País. (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Jandira Feghali, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira.

Durante o discurso do Sr. Jandira Feghali, o Sr. Inocêncio Oliveira deixa a cadeira, da Presidência que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa, 1.º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Pela Liderança do PT, com a palavra o Deputado Hélio Bicudo

O SR. HÉLIO BICUDO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o pronunciamento que faço hoje, por delegação do líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Genoíno, vem em sequência à reunião de ontem, em que PDT, PT, PC do B, PSB e PCB resolveram juntar-se para combater as medidas provisórias recentemente editadas pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes mesmo da posse dos novos parlamentares que compõem, no Senado e na Câmara, o Congresso Nacional, o Presidente da República editou duas medidas provisórias, introduzindo profundas modificações no chamado Plano Collor, que pretendia ser um plano econômico e que acabou fracassando, na condição de mero conjunto de medidas monetárias que não tiveram êxito na redução das tendências inflacionárias que de há muito qualificam a economia nacional. E o fez socorrendo-se dos mesmos expedientes utilizados anteriormente: a edição de medidas provisórias.

A primeira indagação que deve ser feita refere-se à propriedade do caminho adotado.

Dizer que a situação criada pelo "Plano Collor", que estimulava novas pressões inflacionárias, impunha medidas heróicas é, mais ou menos, permitir-se que se aproveite, alguém, da própria torpeza, fazendo-a valer para a obtenção de objetivos que buscam consolidar, sem que se saiba, na verdade, quais são.

O novo "Plano", como o primeiro, é inconstitucional, pois medidas dessa dimensão não podem ser adotadas, a não ser mediante o debate que a atuação parlamentar enseja e que a Constituição prevê.

É verdade que, na Legislativa que se esgotou no dia 31 de janeiro, o Presidente da República usou e abusou das medidas provisórias para implantar seu pretensão plano de combate à inflação. O Congresso foi complacente e se deixou substituir pelo Executivo em atribuições que lhe são específicas. Este fato foi posto em relevo quando da posse dos atuais Congressistas, em discurso histórico pronunciado pelo eminente Deputado Ulysses Guimarães e, logo depois, quando assumiram as presidências da Câmara e do Senado, os eminentes Senador Mauro Benevides e o Deputado Ibsen Pinheiro, todos profugando o autoritarismo representado pelo uso e abuso das medidas provisórias.

Elas representaram, e hoje mais que ontem, um teste ao novo Congresso: ou a Casa de Leis reage e põe as coisas nos devidos lugares, ou iremos, de degrau em degrau, descendo a escada que leva ao arbítrio e à ditadura. Com as medidas propostas, saliente-se, há evidente desmerecimento da Federação, submetidos os estados e municípios a decisões aleatórias da equipe econômica.

É tempo de reagir, e se espera que o Congresso Nacional readquirir a autoridade de um real poder do Estado, que deve estar a serviço do povo e não submetido à vontade imperial do Presidente da República e de sua equipe econômica.

Se começar errado, vai ser difícil encontrar, de novo, os caminhos que não irão permitir que se desfigure, mais uma vez, o estado de direito.

Que estejamos todos vigilantes esse é o preço da democracia — para que o mandato parlamentar não perca os princípios que qualificam a sua representação, sem o que inexistirá o estado democrático que todos buscamos construir.

Submetido o Congresso, acentuar-se-á o declínio da democracia brasileira, e mais uma vez, traído estará o nosso povo.

Das responsabilidades de nós todos diante do grande divisor de águas que a prepotência do Executivo propõe com seu estilo imperial de menosprezo às instituições.

Pela democracia, Sr. Presidente, é a palavra do Partido dos Trabalhadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros colegas Congressistas, tenho em mãos trabalho recente, publicado por uma revista científica internacional, do Departamento de Alcool, Abuso de Drogas e Saúde Mental, que reflete pesquisa feita por uma equipe de professores da Escola Paulista de Medicina. Seu título é: "O uso ilícito de drogas psicótropas nas cidades brasileiras".

O que logo de início chama a atenção neste trabalho, publicado em inglês por uma das maiores revistas especializadas do mundo, da Alcohol, Drug Abuses and Mental Health Administration, é que ele apresenta alguns dados estupefacentes. Entre outras coisas, diz o trabalho de pesquisa deste artigo que aproximadamente trinta milhões de crianças brasileiras pertencem a famílias que ganham o equivalente, em cruzeiros, a menos de 100 dólares por mês. Há 7 milhões de crianças brasileiras que vivem nas ruas — são as crianças de rua — não frequentando escolas e não tendo, tampouco, laços familiares.

Sr. Presidente, nessa pesquisa, de elevado conteúdo social, verificam-se alguns fatos estupefacentes. Por exemplo, afirma aqui um dos autores que 40% das crianças de rua da cidade de São Paulo usam duas ou três drogas ilícitas simultaneamente. São os chamados poliusuários, isto é, aqueles que

usam mais de duas drogas de abuso diferentes.

As drogas mais usadas pelas crianças de rua — em São Paulo, cerca de 40%; e 20%, em Porto Alegre e Fortaleza — são os solventes voláteis, as chamadas colas de sapateiro, o conhecido "cheirinho da Loló", que é uma mistura artesanal, geralmente feita em casa, de vários solventes. Esses produtos, representados pelos inalantes voláteis, ocupam o primeiro lugar no uso por essas crianças de rua de São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre — 40% em São Paulo e 20% nas outras cidades.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vêm em seguida citados a maconha e, em terceiro lugar, algo que nos preocupa profundamente: os chamados xaropes contra a tosse.

Sr. Presidente, convém aqui salientar que exatamente no dia 31 de janeiro deste ano, atendendo a uma luta nossa de mais de oito anos, a Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde resolveu proibir, em todo o País, o produto químico usado na fabricação dos principais desses xaropes: o chamado zipeprol. É o caso de se dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes tarde do que nunca, porque várias crianças, adolescentes e jovens já se tornaram dependentes desses xaropes, registrando-se diversos casos de morte por **overdose**. De qualquer maneira, devemos louvar a atitude do Ministério da Saúde ao tomar tais providências contra as multinacionais de medicamentos, porque as duas principais fabricantes desses produtos à base de zipeprol são as multinacionais Schering e Abbott, que lançaram o produto no Brasil sem que ele ainda tivesse sequer sido liberado nos Estados Unidos.

Portanto, Sr. Presidente, esperamos que atitudes como essa, da Secretaria de Vigilância Sanitária, continuem retirando de nosso mercado farmacêutico esses produtos, que, na verdade, têm sido usados como drogas de abuso, e não propriamente como medicamentos.

Queremos ainda, Sr. Presidente, registrar este excelente trabalho realizado pela equipe chefiada pelo Prof. Elisaldo Karlinski, da Escola Paulista de Medicina, que verificou, principalmente, o elevado índice de drogas consumido pelas nossas crianças de rua. Isso nos preocupa profundamente, porque os produtos voláteis, particularmente as colas, como a de sapateiro, são extremamente danosas para o sistema nervoso central. Podem produzir danos irreparáveis aos neurônios, particularmente nos jovens, nos adolescentes e nas crianças, que ainda têm o cérebro em formação.

Portanto, pergunto desta Tribuna: se temos ainda trinta milhões de crianças praticamente abandonadas, nas ruas de nossas grandes metrópoles, e se de 20% a 40% dessas crianças estão usando tais produtos, que tipo de cidadãos estamos formando para este País? Permanece aqui a pergunta, principalmente no momento em que se tomam providências de arrocho salarial que, provavelmente, vão colaborar para que a situação se

torne ainda mais dramática entre as famílias de poucos recursos de nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, finalizo aqui as minhas palavras fazendo um apelo no sentido de que possamos retirar das ruas essas crianças, futuros adultos de nosso País, para, quem sabe, depois transformá-los em cidadãos dignos.

Sr. Presidente, quero também fazer um apelo diferente à Mesa da Casa, pois nossos assessores parlamentares encontram-se angustiados, intranquilos, sem saber ao certo com quem podem contar, na continuidade de seu trabalho. Realizei pesquisas em Assembléias Legislativas de vários estados, inclusive na Câmara Distrital, e verifiquei que os assessores parlamentares, nesses estados e em Brasília, recebem salários muito superiores aos pagos a nossos assessores. Faço, portanto, um apelo à Mesa no sentido de que seja essa situação definida rapidamente, para não termos, por exemplo, assessores, como o meu, gastando 60% do salário no pagamento do aluguel do apartamento onde moram. Não digo que a quantia seja ou não elevada. Quero apenas salientar que precisamos oferecer a nossos funcionários condições dignas e adequadas de trabalho, para que também possamos exercer na plenitude nosso mandato parlamentar. Espero que o salário desses servidores seja igualado ao dos assessores da Câmara Distrital e de várias outras Assembléias Legislativas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Pela Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Genivaldo Correia.

O SR. GENEVALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{cs} e Srs. Congressistas, vários partidos já se expressaram, nesta Casa, a respeito das recentes medidas provisórias editadas pelo Sr. Presidente da República.

O PMDB, consciente da sua responsabilidade, tem atuado nesta Casa como partido de oposição ao Governo, mas se recusa a fazer oposição ao País. Deseja examinar com mais profundidade essas matérias e, por isso mesmo, não assume a postura de rejeitá-las liminarmente. Pelo contrário, deseja apreciá-las, estudá-las e emendá-las, se for o entendimento dos seus pares.

Na Liderança do PMDB há dois grupos de trabalho que estão ouvindo representantes do Governo, da sociedade civil e os próprios militantes do partido, a fim de fixar uma posição sobre essas matérias.

Temos preocupações, dúvidas e incertezas quanto ao sucesso desse plano. Vamos traduzir essas inquietações nas emendas que apresentaremos nas Comissões Mistas que examinam o assunto e em plenário, para tentarmos encontrar uma solução capaz de aperfeiçoar essas matérias.

Sr. Presidente, essa é a nossa disposição. Temos preocupação especial com a política salarial proposta nesse pacote. Há mais de oito meses que esta Casa discute a questão salarial. Vários foram os projetos de conver-

são aqui aprovados e vetados pelo Sr. Presidente da República, pois há um descompasso entre o Executivo e o Legislativo quanto ao tratamento que deve ser dispensado à questão salarial e ao combate à inflação. Deveremos oferecer emendas relativas a essas questões e ao saldo devedor dos financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação. Discordamos de diversos pontos e esperamos contar com a compreensão dos relatores e da Casa, para encontrarmos a melhor solução para o País.

O PMDB, pelo critério de bancada majoritária, tinha a responsabilidade de indicar os relatores e conduzir o processo legislativo, na busca do entendimento e da melhor solução. Esta responsabilidade, hoje, transfere-se para o bloco majoritário do Governo, cabendo, portanto, aos representantes do Governo nesta Casa buscar uma solução que atenda aos interesses do Parlamento e do País.

Neste momento, nosso grupo de trabalho está ouvindo do Dr. Antonio Kandir, representante do Governo, esclarecimentos sobre questões levantadas na fase preliminar desse debate, sem fixar uma posição definitiva do partido. Estamos à disposição do Governo e dos demais partidos, no sentido de buscar uma solução capaz de representar a vontade desta Casa. Há dificuldades no que diz respeito ao tempo, porque os prazos são curtos, mas o Congresso Nacional saberá cumprir o seu dever.

Era esta a comunicação que desejávamos fazer. Não definimos ainda a posição do nosso partido, porque isso depende das conclusões dos estudos que estão sendo feitos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Pela Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao fazer meu primeiro discurso nesta Casa, espero que esta Mesa, eleita pelo voto democrático de todos os parlamentares e investida das suas responsabilidades, não permita que o Congresso Nacional continue sendo motivo de chacota para a opinião pública. É necessário que esta Mesa, composta por homens que já deram sua contribuição à causa popular e hoje representando todos os parlamentares, por ser pluripartidária, seja sensível ao momento político que o País atravessa.

Digo isto porque estamos vivendo um grave momento, em que nossas prerrogativas de Congressistas — e representamos um contingente enorme de brasileiros — implicam grande responsabilidade. Esta Mesa nem estava empossada e fomos tomados de surpresa pela edição de outras nefastas, arbitrárias e autoritárias medidas provisórias, que nos fazem lembrar os áureos tempos da ditadura, quando se editavam os decretos-leis e os Atos Institucionais. Fomos tomados de surpresa pela imprensa, antes mesmo de esta Mesa ter sido eleita, como meros figurantes do cenário político nacional, por um Presidente

da República que não tem o mínimo respeito pelo Poder Legislativo.

Nós, do PDT — espero que também os partidos de esquerda, como o PT, o PC do B e o PCB — e todos os Srs. Congressistas, independentemente de filiação partidária e de ideologia, precisamos defender a autonomia do Legislativo, a qual nos está sendo retratada pelo Poder Executivo.

Se aceitarmos essas medidas provisórias, correremos o risco de nos tornarmos meros apertadores de botão da vontade imperial de um Presidente. Somos tão legítimos quanto S. Ex^a Fomos eleitos pelo mesmo povo. Exigimos do Presidente Fernando Collor respeito à nossa soberania, respeito ao Poder Legislativo.

É inadmissível que os novos Congressistas, recém-eleitos em um pleito no qual os brasileiros mostraram claramente estarem cansados dos políticos tradicionais e da maneira conservadora como se dirige este Parlamento, aceitem tal tratamento. Não podemos ser insensíveis ao apelo popular, de que assumamos nossas prerrogativas de legislar.

Quero deixar aqui registrado, em nome da Liderança do PDT, um protesto veemente, o qual se repetirá todas as vezes em que forem aviltados os sagrados interesses do nosso povo, com a edição de medidas provisórias que só arrocham ainda mais os salários dos trabalhadores, só dificultam a vida dos brasileiros.

Sr. Presidente, este Parlamento está sendo desrespeitado, principalmente neste momento, quando poucos dão atenção a esta Casa como um todo, às nossas palavras, a mim, que sou um iniciante, pois nunca fui Congressista. É necessário lembrar que estamos hoje escrevendo nosso próprio futuro. Nós, políticos, ao aceitarmos as medidas provisórias que nos são impostas, estamos cavando nossa própria sepultura. Daqui a quatro anos o povo nos dará as costas. Mesmo sendo minoria, temos a responsabilidade de exercer nosso direito de protestar veementemente.

Nós, do PDT, juntamente com o PT, o PC do B e o PCB, estaremos emendando essas medidas em tudo o que for possível. O fundamental é sua inadmissibilidade. O resto é supérfluo, o resto é resto. Tais medidas não devem ser aceitas pelo Congresso Nacional, já que, acima do fato de sermos Oposição ou Situação, estamos cientes das nossas prerrogativas e responsabilidades.

Citarei alguns fatos que provam o desrespeito do Sr. Presidente da República e sua equipe governamental em relação a esta Casa.

Ainda há pouco, a Comissão Mista, em que todos os partidos estão representados, constituída por membros deste Parlamento eleitos democraticamente, convida a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para vir prestar esclarecimentos. S. Ex^a respondeu que não poderia vir porque estaria muito ocupada, talvez imaginando novas tabelas. Por coincidência, soubemos que a Sr^a Ministra estava passeando pelos corredores do Congresso Nacional. Vejam o que está ocorrendo: a Ministra nos respondeu que não poderia

vir ao Congresso Nacional, que possivelmente poderia aceitar o convite para a próxima semana e, ao mesmo tempo, estava passeando nesta Casa. Trata-se de um desrespeito, de uma imoralidade. Estamos sendo chamados de *office boys* desta República.

E acrescento mais. Estava lendo o jornal e tomei conhecimento de que o Presidente da República, Fernando Collor de Mello — nome pomposo e imperial — recebe em comodato, palavra bonita, mas um pouco difícil à compreensão pública, alguns veículos como gentileza de algumas multinacionais da área automobilística. Recebe-os de bom grado, dizendo que até estaria economizando alguns cruzeiros, como se não lembrássemos que este mesmo Presidente foi ao seu mais baixo nível quando virou piloto de automóvel em provas internacionais. S. Ex^a, como motorista, demonstrando suas qualificações técnicas, testou alguns carros internacionais e, por coincidência, recebe-os agora em comodato — Mercedes Benz, Rolls Royce, Alfa Romeo — como uma dádiva desses senhores tão bondosos, tão cônscios de suas responsabilidades, embora o Regime Jurídico Único proíba o servidor público de receber qualquer tipo de presente. Se isto é vedado a um mero servidor, imaginem a um Presidente da República!

Tais fatos, realmente, deixam-nos cada vez mais revoltados e humilhados na condição de Congressistas.

Para terminar, Sr. Presidente, quero registrar o protesto da bancada do PDT e dos partidos progressistas no que se refere à articulação quanto às medidas provisórias. Trata-se de uma articulação de gabinete. Tudo o mais vem depois. Só para dar um exemplo, medida provisória, para mim, é o seguinte: se, amanhã, a Ministra Zélia Cardoso de Mello, cujo poder é maior que o de qualquer Ministro desta República, resolver sumir com o Ceará do mapa do Brasil — em homenagem ao Deputado Edson Silva — ela o explodirá, para evitar uma epidemia no solo brasileiro, e depois de trinta dias do Congresso Nacional dirá o que fazer com os escombros.

Durante o discurso do Sr. Carlos Lupi, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

A Sr^a Regina Gordilho — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. REGINA GORDILHO (PDT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para saber se, assim como eu, a Mesa tomou conhecimento, através da imprensa, do régio presente que o Sr. Presidente da República recebeu: quatro carros “Lincoln”, importados.

Apresso-me em levantar esta questão, porque todos os que me acompanham na minha luta política sabem que pauto minha vida pela austeridade. A meu ver, esse fato confirma

— agora de perto e ao vivo, não mais distante, no Rio de Janeiro — a farsa e a mentira que o Presidente da República tenta passar aos estados longínquos, de uma pessoa e de uma política austera

Tenho a certeza de que a Mesa apurará tais desmandos e a pouca seriedade da política adotada pelo Sr. Fernando Collor de Mello.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência e, acredito, o País inteiro, conhecem a atuação austera da nobre Deputada Regina Gordilho, que, como presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, manteve sempre uma postura de seriedade.

Quanto à matéria a que S. Ex^a se reporta, relacionada com os veículos recebidos pelo Poder Executivo, desejo que todos saibam que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal possuem a prerrogativa de fiscalizar e controlar o Executivo. Naturalmente, cada uma das Casas, se julgar oportuno e próprio, diligenciará no sentido de apurar os fatos de que a nobre Deputada, oficialmente, dá ciência ao Plenário do Congresso Nacional na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sidney de Miguel, para uma comunicação à Casa.

O SR. SIDNEY DE MIGUEL (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna é o mesmo abordado pela Deputada Regina Gordilho.

O atual Presidente da República, eleito sob a legenda de “Caçador de Marajás”, acaba de receber, em comodato, conforme divulgado pelo *Correio Braziliense*, quatro automóveis extremamente caros.

No momento em que duas medidas provisórias de forte impacto social estão sendo editadas, eu gostaria que se consignasse tal fato nos anais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A presidência atenderá V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavoura, ilustre representante de Pernambuco, para fazer uma comunicação à Casa.

O SR. MANSUETO DE LAVOURA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o *Correio Braziliense* de hoje, em seu suplemento de anúncios comerciais dedicados aos automóveis, traz nota de uma concessionária de automóveis declarando que, diante do tabelamento e congelamento de preços, adotará o ágio. afirmou, inclusive, que já possui autorização governamental para fazê-lo. Coincidentemente, esses automóveis são fabricados pelas mesmas multinacionais que fizeram contrato de comodato, cedendo os carros a que se referiu a eminente Deputada pelo Rio de Janeiro, Regina Gordilho. dever-se-ia averiguar, Sr. Presidente, o relaciona-

mento entre esse contrato de comodato com as multinacionais montadoras de automóveis que cederam esses carros à Presidência e o privilégio que elas declaram ter, hoje, conforme publicado no suplemento automobilístico do *Correio Braziliense*, de adotar o ágio ao contrário de qualquer empresa brasileira, que está sendo ameaçada de prisão. Deixo aqui a interrogação, e até minha surpresa, por empresários se declararem infratores da lei, sem que isto tenha qualquer repercussão prática nos setores policiais e judiciais do País.

O Sr. Aluizio Bezerra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Antes de conceder a palavra para uma comunicação urgente ao nobre Senador Aluizio Bezerra, a Presidência pede a atenção da Casa para uma comunicação que fará logo mais em torno da admissibilidade das duas medidas provisórias editadas pelo Sr. Presidente da República. Já houve uma manifestação de admissibilidade. A Mesa, por ser de seu dever, alertará a Casa quanto à possibilidade de apresentação de recurso no prazo regimental.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre a admissibilidade e deverá servir de esclarecimento para toda a Casa. Temos um prazo regimental de 24 horas para apresentar requerimento sobre a admissibilidade. Imaginemos a seguinte hipótese: podemos entrar com esse requerimento até amanhã e ele será recebido no prazo regimental de 24 horas. Recebido nesse prazo, a questão que formulei a V. Ex^a é sobre a data possível da sessão quando se votará a admissibilidade das duas medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder José Genoíno, a Presidência esclarece a V. Ex^a e à Casa, não apenas aos Deputados e Senadores que se encontram em plenário, mas também aos que se encontram em seus gabinetes acompanhando os trabalhos do Plenário, que esse recurso deverá ser apresentado em 24 horas, ou seja, até as 16h30min. de amanhã, quando apreciaremos esta matéria. Em razão dos feriados de Carnaval, a convocação da sessão para apreciar esse recurso que porventura venha a ser interposto sobre a admissibilidade será feita para o próximo dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Para uma comunicação urgente, concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi feita hoje nesta Casa a comunicação da eleição do Grupo Parlamentar Lati-

no-Americano. No momento em que se discute a eleição desse Grupo Parlamentar, gostaria de deixar registrado neste microfone nosso protesto em relação aos métodos da formação desse grupo. Nós, que participamos da luta latino-americana, das discussões ao nível do Continente das organizações latino-americanas, entendemos que a eleição do Grupo Parlamentar Latino-Americano, da maneira como se faz, não conta com a ampla participação dos novos deputados e senadores. É uma eleição de grupo fechado, sem comunicação. Apenas alguns parlamentares foram avisados no dia da eleição, outros nem o foram, mesmo sendo pertencentes ao Grupo Parlamentar Latino-Americano. Isso é um desserviço. No momento em que foi institucionalizado o Parlamento Latino-Americano — e as ratificações colocam-no em vigência — ele necessita efetivamente de eleições diretas. Um parlamento não pode ser formado por delegados, como as instituições diplomáticas. Tem que ser organizado com a participação dos parlamentares eleitos pelo voto popular. Apresentamos trabalhos que de certa maneira divulgamos e enviamos aos demais parlamentares do Parlamento Latino-Americano, no sentido de que haja a abertura de debates. Há mais de doze anos participamos dessa discussão. Creio que todos os parlamentares estão interessados na integração Latino-Americana.

Não devemos permitir que a formação do grupo parlamentar brasileiro, representante do parlamento Latino-Americano, aconteça com eleições fechadas, sem discussão e sem debate, como uma eleição fantasma. Apre-

sento meu protesto pelo desserviço de tal metodologia, envolvendo todos os Parlamentares que aqui chegaram, jovens com vontade de trabalhar e que querem conhecer os deputados e senadores de todas as regiões do País, suas estruturas, e delas participar. Portanto, repito, tal forma de agir é um desserviço. Dirijo-me aqueles que participaram desse grupo fechado e apelo para que retomem o processo, abram o debate e a discussão para, dessa maneira, contribuírem na formação de um parlamento latino-americano baseado na eleição direta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fica registrada a manifestação do nobre Senador Aluísio Bezerra não apenas em relação ao Parlamento Latino-Americano, mas também a outras instituições que, agregando o Parlamento, ali representam o Brasil. A União Interparlamentar, a Associação Nacional de Turismo, enfim, todos esses órgãos, devem ter a participação de todos os senadores e deputados.

Srs e Srs. Congressistas, a Presidência recebeu os Pareceres nºs 10 e 11, concluindo pela admissibilidade das Medidas Provisórias nºs 294 e 295, de 31 de janeiro de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências e estabelece regras sobre preços e salários, nos termos do disposto no inciso I, do § 1º, art. 5 da Resolução nº 1, de 1989. A Presidência abre o prazo de 24 horas para a interposição dos recursos ali previstos e esclarece que a Secretaria-Geral da Mesa permanecerá aberta para

receber recursos, no caso de concretizar-se tal intenção por parte dos eminentes Srs. Congressistas. Interposto algum recurso no prazo de 24 horas — respondo à questão de ordem suscitada pelo eminente Líder Jose Genoio — a Presidência já indicou o dia 14 de fevereiro para a realização de sessão destinada à sua apreciação.

A Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se no dia 14 deste mês, quinta-feira, às 14h30min, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

OF.GL PFL Nº 36/91

Brasília, 6 de fevereiro de 1991

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que designo o Senador ODACIR SOARES para integrar, como titular, a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 294, em substituição ao Senador HUGO NAPOLEÃO

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração e apreço. — Senador **Marco Maciel**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h22min.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
.Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS